COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 289, DE 2015

Autoriza a criação do *Campus* da Universidade Federal da Bahia – UFBA no bairro de Cajazeiras, em Salvador, pelo Poder Executivo.

Autor: Deputado VALMIR ASSUNÇÃO

Relator: Deputado DANIEL ALMEIDA

I – RELATÓRIO

A proposição que ora se submete à apreciação deste ínclito colegiado é o Projeto de Lei nº 289, de 2015. De autoria do ilustre Deputado Valmir Assunção, o referido projeto autoriza a criação do *Campus* da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no bairro de Cajazeiras, em Salvador, pelo Poder Executivo.

Por despacho da Presidência, a proposição em análise foi distribuída à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e à Comissão de Educação (CE), para pronunciarem-se sobre o mérito; à Comissão de Finanças e Tributação (CFT), para verificação da adequação financeira e orçamentária; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para o exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa.

A matéria tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto na CTASP.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Consoante as disposições regimentais, cabe a esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público apreciar a proposição em questão quanto ao mérito.

Na justificativa do projeto, seu autor reconhece a expansão que houve na oferta de ensino superior público no Estado da Bahia nos últimos anos, ao tempo em que alerta para a situação do bairro de Cajazeiras, em Salvador, no qual residem cerca de 600 mil pessoas, formando um dos maiores aglomerados urbanos do Brasil, contudo ainda carente de acesso adequado à formação universitária.

Depreende-se dos argumentos aduzidos pelo autor que aquela expansão da rede pública de ensino superior federal e estadual na Bahia priorizou a interiorização e que, muito embora louvável tal medida, deixou-se desatendida parcela significativa de estudantes da capital baiana, com destaque para o populoso bairro de Cajazeiras.

Os conjuntos habitacionais populares que compõem o bairro de Cajazeiras foram construídos a cerca de 20 km do centro de Salvador a fim de evitar um crescimento populacional desordenado nessa área. Atualmente, o bairro apresenta dimensões similares a municípios de médio porte, porém conta com acesso precário ao centro da capital em razão da distância e do transporte público deficiente, dificultando sobremaneira o acesso da população local aos *campi* da UFBA já existentes em Salvador.

Ressalte-se que a especialização profissional é requerida, nos dias de hoje, em praticamente todos os seguimentos da economia, sendo tido como um dos fatores indispensáveis ao desenvolvimento das modernas atividades produtivas. Contudo, essa especialização profissional, e a consequente disponibilização de trabalhadores qualificados, só pode ser alcançada por intermédio da oferta adequada de educação superior. Verifica-se, portanto, uma relação direta entre o acesso ao ensino superior e o desenvolvimento.

Outrossim, a democratização da formação universitária de qualidade afigura-se como um dos caminhos mais promissores para a verdadeira redução das desigualdades sociais, vez que a pessoa portadora de diploma de nível superior possui perspectivas muito melhores no mercado de trabalho em relação àquelas que não possuem tal formação.

Nesse sentido, a democratização do acesso à educação superior contribui para o surgimento de um círculo de virtuosidade, no qual os pais com formação universitária, além de geralmente possuírem melhores condições financeiras, representam estímulos aos filhos para que também concluam o ensino superior.

Isto posto, não há como deixar de reconhecer o mérito da iniciativa do ilustre Deputado Valmir Assunção, cuja aprovação certamente trará inestimáveis benefícios para uma considerável população, a qual contará com uma alternativa viável de acesso à educação superior, contribuindo, em última análise, para a prosperidade e o bem comum de todos.

Muito embora não seja competência deste colegiado, entendemos de bom alvitre consignar que iniciativas parlamentares semelhantes não obtiveram êxito, apesar de meritórias, porque foram consideradas inquinadas de vício de inconstitucionalidade formal, ao inobservar o preceito contido no art. 61, § 1º, inciso II, alínea “e”, da Constituição Federal, a qual reserva à iniciativa privativa do Presidente da República projetos de lei que disponham sobre a criação de órgãos e entidades na Administração Pública Federal direta e indireta.

A Súmula de Jurisprudência nº 01, de 1994, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) preceitua que projeto de lei de autoria parlamentar dispondo sobre a criação de estabelecimento de ensino é inconstitucional, ainda que utilizada a forma autorizativa.

Por fim, registre-se que pequenas e pontuais incorreções detectadas na redação do projeto não têm o condão de diminuir-lhe o valor, posto que, oportunamente, poderão ser objeto de reparo no decorrer da tramitação.

Em face do exposto, considerando os nobres objetivos da proposição e as atribuições desta Comissão, votamos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 289, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado DANIEL ALMEIDA
Relator